

Diana Tarré

Translation Portfolio

Please click on the index below to view my translation samples on each of the subject areas.



Topics

INTERNATIONAL DEVELOPMENT	2
EUROPEAN UNION	3
CLIMATE	4
ENVIRONMENT	5
AGRICULTURE	6
LAND RIGHTS	7
GOVERNANCE	9
GENDER	10
CHILDREN	12



International Development

Angola: socio-economic background	Angola: contexto socioeconómico
<p>Since the end of the war, the Angolan economy has, on paper, been one of the most successful in the world with a consistent and high rate of economic growth. However, growth is largely dependent on oil production which creates little local employment. Oil production peaked at 2m barrels a day in 2008 and has declined since but there may be further increases in production as new fields come on-stream. It is claimed that production will continue at between 1.75 and 2m barrels a day until 2025 and with the likelihood of continuing increased in energy prices, GoA will continue to benefit and to use oil revenue for urbanisation and infrastructure. Allegations of high level corruption continue, with many billions missing from state accounts.</p> <p>It follows that Angola is a very unequal country. It has the fourth highest Gini index in Africa and maintains its position amongst the poorest performing countries in terms of human development, illustrated by child mortality and overall undernourishment statistics that are amongst the worst in Africa. Some indicators have improved and in the period between 2001 and 2012, life expectancy at birth rose 11 years from 40 to 51. The fertility rate has declined from 7.2 during the war years (then the highest in the world) to 5.1 children per woman which is still above the SSA average.</p> <p>Life for rural Angolans, where 95% of the population lives in poverty, remains fragile and the situation is worse for rural women. A legacy of the war and, more recently, of male migration in search of work, is that more than 30% of households are female-headed and these families are particularly vulnerable.</p>	<p>Desde o final da guerra, a economia angolana tem-se revelado, no papel, uma das mais bem-sucedidas do mundo, gozando de uma taxa consistente e elevada de crescimento económico. No entanto, o crescimento depende em grande parte da produção de petróleo que cria poucos empregos locais. A produção petrolífera atingiu um pico de 2 milhões de barris por dia em 2008, tendo diminuído desde então, apesar de se poder vir a verificar um novo aumento com a descoberta de novas jazidas. Consta que a produção irá continuar ao ritmo de entre 1,75 e 2 milhões de barris por dia até 2025 e, dada a probabilidade do aumento contínuo dos preços da energia, o governo angolano continuará a colher benefícios e a investir as receitas do petróleo em urbanizações e infra-estruturas. Continuam a ser feitas alegações de corrupção de alto nível, havendo vários milhares de milhões de dólares desaparecidos das contas bancárias do estado.</p> <p>Verifica-se, portanto, que Angola é um país com desigualdades muito acentuadas. Tem o quarto índice de Gini mais alto de África e conserva a sua posição entre os países com pior desempenho em matéria de desenvolvimento humano, ilustrado pela mortalidade infantil e pelas estatísticas gerais de subnutrição que figuram entre as piores de África. Houve melhorias ao nível de alguns indicadores e, no período compreendido entre 2001 e 2012, a esperança de vida à nascença aumentou 11 anos, de 40 para 51. A taxa de fertilidade desceu de 7,2 filhos durante os anos de conflito (a mais elevada do mundo na altura) para 5,1 por mulher, um valor que continua acima da média da África Subsaariana.</p> <p>Os angolanos que vivem nas zonas rurais, 95% dos quais vivem na pobreza, continuam a levar uma existência fragilizada, sendo que a situação é ainda pior para as mulheres. Um dos legados da guerra, e mais recentemente da migração masculina em busca de trabalho, é que mais de 30% dos agregados familiares são encabeçados por mulheres, o que torna estas famílias particularmente vulneráveis.</p>



European Union

Common Agricultural Policy	Política Agrícola Comum
<p>Farmers in the European Union have to deal with the increased volatility of agricultural raw material and food prices. Direct payments to farmers are aimed at addressing this economic challenge by giving farmers more income stability. They therefore further guarantee the provision of safe and sufficient food in the context of growing global demand, economic crisis and much greater market volatility to contribute to food security. However, direct payment and the support in general need to be redesigned and be better targeted, based on objective and equitable criteria.</p> <p>The principle of equity is another important aspect of the distribution of financial support, as well the establishment of new distribution criteria. Equity is not just a matter of balance between new and old Member States. It is also a question of ensuring the equal distribution of direct support between different regions, different agricultural management categories and different sectors.</p> <p>Not all investment requirements involve a rise in investments for farmers. There are simple practices linked to agronomical choices, such as crop rotation instead of single-crop farming. This rotation is beneficial for soil fertility, which also allow the farmers to diversify their production and to smooth the risks on the market. Crop rotation has already proven excellent environmental effects on the soil quality.</p>	<p>Os agricultores da União Europeia têm de enfrentar a crescente volatilidade do preço das matérias-primas agrícolas e dos alimentos. Os pagamentos directos aos agricultores pretendem fazer face a este desafio económico proporcionando-lhes um rendimento mais estável. Assim, poderão melhor garantir a provisão segura e em quantidade suficiente de alimentos no contexto da crescente procura global, crise económica e cada vez maior volatilidade dos mercados, contribuindo para a segurança alimentar. No entanto, na sua generalidade, os pagamentos directos e os apoios devem ser reformulados e melhor direccionados com base em critérios objectivos e equitativos.</p> <p>Outro aspecto importante da distribuição de apoios financeiros é o princípio da equidade, juntamente com a definição de novos critérios de distribuição. A equidade não é apenas uma questão de equilíbrio entre novos e antigos Estados-Membros. Trata-se também de garantir a distribuição equitativa de apoios directos entre diferentes regiões, diferentes categorias de gestão agrícola e diferentes sectores.</p> <p>Nem todos os requisitos de investimento pressupõem um aumento de investimento para os agricultores. Há práticas simples ligadas a escolhas agronómicas, tais como a rotação de culturas em vez da monocultura. A rotação é benéfica para a fertilidade do solo, o que também permite aos agricultores diversificar a produção e minimizar os riscos corridos no mercado. A rotação de culturas já deu provas de surtir excelentes efeitos ambientais na qualidade do solo.</p>



Climate

Climate, trends and projections in Angola

Angola's climate varies from 'tropical monsoon' in the north and central highlands, to 'tropical savanna' in parts of the south. The far south and west of the country bordering the Namib desert also have areas of dry arid and semi-arid climate. Rainfall follows the annual cycle of the Inter-Tropical Convergence Zone, which oscillates over the equator bringing 50mm to 250mm monthly precipitation to Angola between October and April. The winter months are very dry and rarely receive rain anywhere in the country. Despite being tropical, Angola's average temperatures are relatively cool, ranging between 20°C (winter) and 25°C (summer) because much of the country is at high altitude (22).

Over the whole country there has been a temperature rise of 1.5°C in the period 1960 to 2006, equivalent to a rate of change of 0.33°C per decade and higher than that in other southern African countries. Historic temperature rises have been higher in the winter (June July August – JJA) than summer (December January February – DJF) months. Projections under the most pessimistic Global Circulation Model (GCM) scenarios are for a temperature rise of up to 5.1°C by the 2090s (see Fig. 7 below) (22).

Atlantic Niño effect

UNDP country climate change analysis for Malawi and Zambia mentions discernable effects of the El Niño Southern Oscillation (ENSO). The ENSO concerns the cyclical variation in temperature of the Pacific Ocean tropics and this affects the weather in various parts of the world including Eastern and Central Africa. The Atlantic counterpart to ENSO is the Atlantic Niño or Atlantic Equatorial Mode. Atlantic Niño has similar origins to El Niño, namely lighter trade winds leading to higher sea surface temperature. Just as the ENSO impacts on rainfall in Eastern and Central Africa, the Atlantic Niño can affect rainfall in Western Africa.

Clima, tendências e projecções em Angola

O clima angolano varia entre monção tropical no Norte e nas terras altas do centro do país e savana tropical em algumas partes do Sul. Mais a Sul e a Oeste, junto ao deserto do Namibe, também há áreas com um clima árido e semiárido. A pluviosidade segue o ciclo anual da Zona de Convergência Intertropical, que oscila sobre o equador trazendo entre 50 mm e 250 mm de precipitação por mês a Angola entre Outubro e Abril. Os meses de Inverno são muito secos e raramente se verifica queda de chuva em qualquer zona do país. Apesar de tropicais, as temperaturas medidas em Angola são relativamente frescas, flutuando entre 20 °C (no Inverno) e 25 °C (no Verão) porque a maioria do país se situa em altitudes elevadas.

Houve um aumento de temperatura em todo o país de 1,5 °C entre 1960 e 2006, o equivalente a uma taxa de variação anual de 0,33 °C por década. Este valor é superior ao verificado em outros países do Sul de África. Os aumentos históricos de temperatura têm sido mais elevados nos meses de Inverno do que nos meses de Verão. As projecções com base nos cenários mais pessimistas do Modelo de Circulação Global prevêem um aumento de temperatura máximo de 5,1 °C até à década de 90 do século XXI.

O efeito do El Niño Atlântico

A análise das alterações climáticas no Malávi e na Zâmbia feita pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) refere efeitos perceptíveis do El Niño Oscilação Sul (ENOS). O ENOS diz respeito à variação cíclica da temperatura dos trópicos do Pacífico e afecta o clima em várias partes do mundo, incluindo a África Oriental e Central. O equivalente atlântico do ENOS é o El Niño Atlântico ou Modo Equatorial do Atlântico. O El Niño Atlântico tem origens semelhantes às do ENOS, nomeadamente ventos alísios mais fracos que levam a uma temperatura mais alta da superfície do mar. Tal como o ENOS tem impacto na queda de chuva na África Oriental e Central, o El Niño Atlântico pode afectar a queda de chuva na África Ocidental.



Environment

Ecosystem-based adaptation	Adaptação com base em ecossistemas
<p>Ecosystem-based adaptation has been defined as ‘the use of biodiversity and ecosystem services as part of an overall adaptation strategy to help people to adapt to the effects of climate change. The term ‘ecosystems services’ is a way of describing and ultimately quantifying the benefits to human wellbeing accruing from the natural environment.</p> <p>Large-scale adaptation strategies can include initiatives that damage ecosystems (and therefore the resilience of the poorest) and one example of this is the development of large-scale flood defences along rivers and coasts, which can destroy habitats and species that local people may use for livelihoods. EbA recognises that ecosystems can be the first line of defence against climate change effects and that ecosystems need to be protected to enhance this defence.</p> <p>Examples of EbA include:</p> <ul style="list-style-type: none">• Defence against coastal and river flooding and erosion by maintaining and protecting coastal / riparian land and vegetation;• Sustainable management of wetlands and floodplains to maintain water flow and quality, protect sources of food and materials supported by wetlands, act as flood storage reservoirs, store water in times of drought;• Conservation and restoration of forests and natural vegetation to stabilise slopes and regulate water flows, preventing flash flooding and landslides as rainfall levels and intensity increases;	<p>A adaptação com base em ecossistemas foi definida como «a utilização da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos como parte de uma estratégia geral de adaptação, para ajudar as pessoas a adaptarem-se aos efeitos das alterações climáticas.» O termo serviços ecossistémicos é uma forma de descrever e, no fundo, de quantificar os benefícios para o bem-estar humano que advêm do meio ambiente natural.</p> <p>As estratégias de adaptação em grande escala podem incluir iniciativas que danificam os ecossistemas (e, conseqüentemente, a resiliência dos indivíduos mais pobres). Veja-se, por exemplo, o desenvolvimento de defesas em grande escala contra inundações nos rios e no litoral, que poderão destruir habitats e espécies que os habitantes locais usam como meios de subsistência. A adaptação com base em ecossistemas reconhece que os ecossistemas podem ser a primeira linha de defesa contra os efeitos das alterações climáticas e que têm de ser protegidos para melhorar esta protecção.</p> <p>Exemplos de adaptação com base em ecossistemas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Defesa contra inundações e a erosão costeira e fluvial através da manutenção e protecção do solo e da vegetação costeiras e ribeirinhas;• Gestão sustentável das zonas húmidas e planícies aluviais para manter o curso e a qualidade da água, proteger as fontes de alimentos e matérias-primas mantidas pelas zonas húmidas e actuar como depósitos de armazenamento da água das inundações para armazenar água em tempo de seca;• Conservação e recuperação das florestas e da vegetação natural para estabilizar as encostas e regular os cursos de água, impedindo inundações rápidas e desabamentos provocados pela subida dos níveis e da intensidade da precipitação;





Agriculture

Choice of crop and approach to agriculture	A escolha das colheitas e a abordagem à agricultura
<p>Shifting cropping with limited use of external inputs is a common approach to subsistence agriculture in Angola and involves burning of existing vegetation on a plot for fertiliser, use of the plot for two or three years then allowing the plot to lie fallow for some years before returning.</p> <p>Maize is the staple of choice in many areas but due to its vulnerability to drought other staples such as sorghum, millet or cassava may be sown instead. Intercropping of maize and beans to maximise the fertilising effect of the legume is common. However greater use of conservation agriculture approaches such as low tillage, basin tillage and targeted use of manures is limited.</p> <p>Shifting agriculture provides inadequate soil fertility for good yields over the period of use of the plot; is environmentally destructive and does not provide resilience to drought and other weather extremes. Furthermore if land is not allowed an adequate fallow period, soil fertility and crop yields decline further and this is frequently seen.</p> <p>Smallholder farmers commonly 'hedge their bets' with respect to rainfall and weather extremes by planting close to rivers in case of drought and in uplands in case of flood. While this may be effective in terms of providing some guarantee of a useful crop, it is wasteful of precious effort and resources.</p> <p>High yielding crop varieties such as those used in intensive commercial agriculture may be effective in ideal conditions of soil, fertiliser and water availability but are vulnerable to drought and sub-optimal nutrient regimes.</p>	<p>A cultura itinerante com uso limitado de insumos externos é uma abordagem comum à agricultura de subsistência em Angola e envolve a queima de vegetação existente num terreno para usar como fertilizante, a utilização do terreno durante dois ou três anos e, depois, não cultivá-lo durante alguns anos para mais tarde lá regressar.</p> <p>O milho é o alimento de primeira necessidade mais popular na maioria das áreas mas, devido à sua vulnerabilidade à seca, podem ser cultivados outros alimentos de base como sorgo, painço ou mandioca. É comum praticar-se o cultivo intercalado de milho e feijão para maximizar o efeito fertilizador das leguminosas. No entanto, a utilização de abordagens de agricultura de conservação, tais como a mobilização reduzida do solo, lavoura em bacias e a aplicação localizada de estrume, é limitada.</p> <p>A fertilidade inadequada do solo que advém da prática da agricultura itinerante não permite a produção de boas colheitas durante o período de utilização do terreno. É uma prática destrutiva para o meio ambiente e que não é resiliente à seca e a outros fenómenos meteorológicos extremos. Além disso, se o terreno não gozar de um período de pousio adequado, a fertilidade do solo e o rendimento das colheitas declinarão ainda mais, algo que ocorre com frequência.</p> <p>É comum os pequenos agricultores salvaguardarem-se de fenómenos pluviométricos e meteorológicos extremos plantando as colheitas perto de rios, em caso de seca, e nas terras altas, em caso de inundações. Apesar de este sistema poder ser eficaz - no sentido em que oferece alguma garantia de que a colheita será proveitosa - é um desperdício de esforços e recursos preciosos.</p> <p>As variedades de alto rendimento, como as que são usadas na agricultura comercial intensiva, podem ter um bom desempenho em condições ideais de solo, fertilizante e disponibilidade de água, mas são vulneráveis à seca e regimes de nutrientes abaixo do ideal.</p>



Land Rights

Angola's new Land Law	A nova Lei das Terras de Angola
<p>Towards the end of the civil war and in recognition of gaps in existing land law (in particular concerning community land use in rural areas and the role of customary practice), the Angolan Government entered a period of debate on a revised land law and a new law was adopted in November 2004.</p> <p>The 2004 Land Law rules on property rights, rural community rights, natural resource use and protection measures, land expropriation, land concession, territorial planning, land classification and registration procedures. It indicates competent authorities and their related functions and provides procedural guidance. Four key provisions are as follows:</p> <ul style="list-style-type: none">• All land is originally the property of the state and only state is responsible for establishing the conditions under which land can be the subject of a concession, while protecting the country's national interests and development.• Privately-owned land is rare and the more common option is leasing. The State grants leasehold concessions for 45 years or more, while requiring a guarantee of efficient use of the land and offering guarantees to any people who originally occupied and cultivated the land.• For smallholder farmers, the law provides rural residents with a space to live and produce, but for subsistence purposes. Access to land for cultivation is still governed by the law mentioned above, but in rural areas, customary laws have a very important role: lands are ceded for cultivation by either the traditional leader or passed down as inheritance, which are then approved by formal institutions.	<p>No final da guerra civil, e em reconhecimento das lacunas existentes na Lei das Terras da altura (especialmente no que diz respeito ao uso de terras comunitárias em áreas rurais e ao papel das práticas consuetudinárias), o governo angolano reviu a lei, dando início a um período de debate da lei revista, e adoptou um novo diploma em Novembro de 2004.</p> <p>A Lei de Terras de 2004 abrange os direitos de propriedade, os direitos das comunidades rurais, o uso dos recursos naturais e respectivas medidas de protecção, a expropriação da terra, a concessão da terra, o planeamento territorial, a classificação da terra e os procedimentos de registo. Indica as autoridades competentes e respectivas funções e fornece linhas de orientação relativamente aos procedimentos. As quatro provisões principais são:</p> <ul style="list-style-type: none">• A terra constitui propriedade originária do Estado e só o Estado é responsável por definir as condições ao abrigo das quais a terra pode ser objecto de uma concessão, assim protegendo os interesses do país e o desenvolvimento nacional.• As terras privadas são raras e a opção mais comum é o arrendamento. O Estado adjudica contractos de arrendamento com a duração de 45 ou mais anos, exigindo uma garantia de uso eficiente da terra e oferecendo garantias a quem quer que tenha ocupado ou cultivado a terra originalmente.• No que diz respeito aos pequenos agricultores, a lei disponibiliza aos residentes rurais um espaço para viver e cultivar, mas somente para fins de subsistência. O acesso à terra para cultura também é governado pela lei referida em cima. No entanto, nas áreas rurais, o direito consuetudinário desempenha um papel muito importante: as terras são cedidas para o cultivo pelo líder tradicional ou transmitidas por herança, sendo depois aprovadas pelas instituições formais.





Land Rights

Forced resettlement for development	Repovoamento forçado em nome do desenvolvimento
<p>Most extensively in Luanda and also in some provincial capitals this has involved the state as primary actor, sometimes via intermediaries, forcibly removing urban and peri-urban residents in preparation for major housing or industrial development, most recently in Feb 2013.</p> <p>Although often resident for a decade or more, few of those resettled had any form of formal title to their land; compensation when offered was inadequate and where land was offered as replacement it was remote from services such as water, markets, transport.</p> <p>Although primarily an issue affecting urban residents, the implementation of these higher-profile resettlements in the face of NGO and international pressure does not augur well for those in similar situations in rural areas.</p> <p>Non-transparent granting of land concessions</p> <p>After the end of the war, parcels of land in the most desirable parts of the country started to be enclosed following concessions granted at high level in state and military without clear process, potentially affecting rural communities' traditional rights and access.</p> <p>After the adoption of the 2004 Land Law, a limited period of time was given to legacy claimants to land and this process, although clearer and more transparent, was still deeply problematic and inconsistent.</p>	<p>Ocorre sobretudo em Luanda, bem como em outras capitais de província, e envolve o estado como actor principal (por vezes através de intermediários), removendo à força residentes de áreas urbanas e periurbanas em preparação para projectos de habitação ou desenvolvimento industrial de grande dimensão. O mais recente ocorreu em Fevereiro de 2013.</p> <p>Apesar de a maioria das vítimas do repovoamento já residirem no local há uma década ou mais, poucas delas tinham qualquer forma de título de propriedade formal. As indemnizações, se oferecidas, não são adequadas. E, nos casos em que foram oferecidos terrenos de substituição, estes situavam-se em áreas longe de serviços como água, mercados ou transporte.</p> <p>Apesar de se tratar de uma questão que afecta maioritariamente os residentes das zonas urbanas, a implementação destes repovoamentos de alto nível debaixo do nariz das ONG e das pressões internacionais não constitui um bom presságio para os indivíduos em situações semelhantes nas áreas rurais.</p> <p>Adjudicação não transparente das concessões de terras</p> <p>Após o fim da guerra, parcelas de terra nas áreas mais desejáveis do país começaram a ser cercadas ao abrigo de concessões adjudicadas ao mais alto nível do estado e do exército, sem que tivesse havido um processo claro, e potencialmente afectando os direitos tradicionais e o acesso das comunidades rurais.</p> <p>Em 2004, com a adopção da nova Lei de Terras, foi dado às pessoas que sentiam ter direito legal a reivindicar património um período limitado de tempo para o fazer. E este processo, apesar de mais claro e transparente, ainda foi profundamente problemático e inconsistente.</p>





Governance

Recommendations to the government of Angola and the Ministry of Interior	Recomendações ao governo de Angola e ao Ministério do Interior
<p>To the Government of Angola:</p> <ul style="list-style-type: none">• Issue clear and public orders to law enforcement officials to cease unlawful use of force, arbitrary arrest and detention, and unlawful seizure of goods and extortion against street vendors.• Ensure that street vendors and others who are victims of police abuses have effective remedies, and receive adequate redress and medical assistance.• Ratify the Convention against Torture and its Optional Protocol and adopt national legislation to comply with international human rights obligations.• Ensure that special efforts are made for the next full census to reach and document people who live in extreme poverty, including those working in the informal sector, in order to assist government efforts to help this underserved population. <p>To the National Police of Angola and the Ministry of Interior:</p> <ul style="list-style-type: none">• Promptly investigate alleged abuses against street vendors by police, government inspectors (fiscais) and informal agents and discipline or prosecute those responsible as appropriate.• Ensure that all police officers, government inspectors and other officials participating in removals of street traders possess valid identification and identify themselves to members of the public.• Provide training to law enforcement officials and government inspectors involved in enforcement operations against street vendors to ensure they abide by all legal requirements, including restrictions on the use of force. Particular attention should be given to properly dealing with vendors who are women and children.• Establish effective and independent accountability and oversight mechanisms, raise awareness on, and reinforce existing complaints mechanisms, to prevent abuses against street vendors, and respond to complaints in a prompt and timely manner.	<p>Ao governo de Angola:</p> <ul style="list-style-type: none">• Emitir ordens claras e públicas aos agentes de segurança pública para cessarem o uso ilegal da força, as detenções arbitrárias, a apreensão ilegal de bens e a extorsão cometidas contra vendedores ambulantes.• Garantir que tanto vendedores ambulantes como outras vítimas de abusos policiais disponham de mecanismos de defesa eficazes, sejam devidamente indemnizados e recebam cuidados médicos adequados.• Garantir que os agentes de segurança responsáveis pelas operações policiais põem termo às violações de direitos contra jornalistas, testemunhas e outros que denunciem o tratamento a que os vendedores ambulantes são sujeitos, bem como outros abusos.• Ratificar a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e o seu Protocolo Facultativo, e adoptar legislação nacional conforme às obrigações internacionais em matéria de direitos humanos.• Garantir que sejam envidados esforços especiais para que o próximo recenseamento completo alcance e documente pessoas que vivem em condições de pobreza extrema, incluindo aquelas que trabalham no sector informal, para servir de apoio a medidas do governo destinadas ajudar esta população excluída de serviços. <p>À Polícia Nacional de Angola e ao Ministério do Interior:</p> <ul style="list-style-type: none">• Investigar imediatamente os alegados abusos cometidos pela polícia, fiscais e agentes informais contra vendedores ambulantes e disciplinar ou levar a julgamento os responsáveis, conforme seja adequado.• Garantir que todos os agentes da polícia, fiscais e outros agentes que participem nas operações de retirada dos vendedores ambulantes possuam uma identificação válida e se identifiquem aos membros do público.• Implementar mecanismos de responsabilização e supervisão eficientes e independentes, sensibilizar os cidadãos para a existência de mecanismos de reclamação e reforçar estes mecanismos para prevenir abusos contra vendedores e vendedoras ambulantes e garantir um tratamento rápido e atempado das reclamações.





Gender

Gender inequality in Africa	Desigualdade entre géneros em África
<p>Women make up 70% of the world's poor. In LDCs, the unpaid work of women amounts to 35% of the GNI. Women's time poverty due to unrecognised and under-valued work leads to under-education, lack of voice and fewer life opportunities.</p> <p>These factors in addition to cultural discrimination place women at significant disadvantage in particular in LDCs.</p> <p>This in turn has wider impacts on family nutrition and health: women's lack of power affects the next generation, for example when the father controls the household budget, a child chances of survival decline by 20%.</p> <p>Women are discriminated against by the patrilineal customs and laws that apply in many parts of Africa including Angola, under which inheritance passes to the eldest son or in his absence to the husband's family. At best the woman may often only be the temporary custodian of land and assets. Following divorce, assets remain with the male while the woman retains responsibility for the children.</p> <p>The war placed huge additional burdens on Angolan women. Two-thirds of the 4.1 million internally displaced persons in Angola were women or children. Men were taken by the war so women took up new responsibilities in communities and at home. More than 30% of households continue to be female-headed and the majority of these live in extreme poverty.</p> <p>Additional wartime responsibilities did not reduce women's other tasks however, and furthermore women had little role in peacebuilding initiatives, nor were women significantly recognised in demobilisation and resettlement programmes.</p> <p>Despite some national-level initiatives to redress the gender imbalance amongst politicians and ministers, there is little evidence in rural areas of state recognition of gender inequality.</p>	<p>70% dos pobres no mundo inteiro são mulheres. Nos países menos desenvolvidos, o trabalho feminino não remunerado corresponde a 35% do rendimento nacional bruto. A falta de tempo das mulheres provocada por um trabalho que não é reconhecido e é subvalorizado leva a uma subeducação, falta de voz e menos oportunidades na vida.</p> <p>Estes factores, a par da discriminação cultural, colocam as mulheres numa situação de desvantagem significativa, em particular nos países menos desenvolvidos.</p> <p>Por sua vez, isto tem um impacto mais alargado na nutrição e saúde das famílias: a falta de poder das mulheres afecta a geração seguinte. Quando o pai controla o orçamento familiar, por exemplo, as hipóteses de sobrevivência de uma criança descem 20%.</p> <p>As mulheres são discriminadas pelos costumes e leis patriarcais em vigor em muitas partes de África, incluindo Angola, ao abrigo dos quais, em caso de morte do marido, o espólio é herdado pelo filho mais velho ou pela família do marido. Na melhor das hipóteses, a mulher pode ser a guardiã temporária da terra e dos bens. Após um divórcio, o homem conserva a titularidade dos bens, ao passo que a mulher conserva a responsabilidade de cuidar dos filhos.</p> <p>A guerra trouxe um enorme peso adicional para as mulheres angolanas. Dois terços dos 4,1 milhões de deslocados internos em Angola eram mulheres e crianças. Os homens foram levados pela guerra e, por isso, as mulheres tiveram de assumir novas responsabilidades nas suas comunidades e em casa. Mais de 30% dos lares ainda são encabeçados por mulheres, sendo que a sua maioria vive em pobreza extrema.</p> <p>No entanto, as responsabilidades adicionais do período de conflito não reduziram as outras tarefas das mulheres e, além disso, quase não foram envolvidas nas iniciativas de construção da paz, nem foram significativamente reconhecidas pelos programas de desmobilização e repovoamento.</p> <p>Apesar de algumas iniciativas a nível nacional destinadas a corrigir o desequilíbrio de género entre políticos e ministros, há poucos sinais nas áreas rurais de que o estado reconhece as desigualdades existentes entre homens e mulheres.</p>





Children

Forced begging and other abuses against talibés in Senegal

Moved from their villages in Senegal and Guinea-Bissau to cities in Senegal, talibés are forced to beg for up to 10 hours a day. Morning to night, the landscape of Senegal's cities is dotted with the sight of the boys — the vast majority under 12 years old and many as young as four — shuffling in small groups through the streets; weaving in and out of traffic; and waiting outside shopping centers, marketplaces, banks, and restaurants. Dressed in filthy, torn, and oversized shirts, and often barefoot, they hold out a small plastic bowl or empty can hoping for alms. On the street they are exposed to disease, the risk of injury or death from car accidents, and physical and sometimes sexual abuse by adults.

In a typical urban *daara*, the teacher requires his talibés to bring a sum of money, rice, and sugar every day, but little of this benefits the children. Many children are terrified about what will happen to them if they fail to meet the quota, for the punishment—physical abuse meted out by the marabout or his assistant—is generally swift and severe, involving beatings with electric cable, a club, or a cane.

Daily life for these children is one of extreme deprivation. Despite bringing money and rice to the *daara*, the children are forced to beg for their meals on the street. Some steal or dig through trash in order to find something to eat. The majority suffer from constant hunger and mild to severe malnutrition. When a child falls ill, which happens often with long hours on the street and poor sanitary conditions in the *daara*, the teacher seldom offers healthcare assistance. The children are forced to spend even longer begging to purchase medicines to treat the stomach parasites, malaria, and skin diseases that run rampant through the *daaras*.

Mendigagem forçada e outros abusos cometidos contra os talibés no Senegal

Trazidos das suas aldeias no Senegal e na Guiné-Bissau para cidades senegalesas, os talibés são forçados a mendigar até 10 horas por dia. De manhã à noite, as figuras dos rapazes salpicam a paisagem das cidades senegalesas – a grande maioria com menos de 12 anos de idade e muitos com apenas quatro anos – arrastando-se pelas ruas em pequenos grupos, avançando por entre o trânsito e esperando à porta de centros comerciais, mercados, bancos e restaurantes. Vestidos com camisolas imundas, rasgadas e excessivamente grandes, frequentemente descalços, empunham uma pequena taça de plástico ou lata vazia à espera de esmolas. Na rua, estão expostos à doença, ao risco de serem feridos ou mortos em acidentes de viação e aos abusos físicos, e por vezes sexuais, dos adultos.

Numa típica *daara* urbana, o professor exige que os seus talibés tragam diariamente uma quantia de dinheiro, arroz e açúcar, da qual as crianças pouco beneficiam. Muitas crianças vivem aterrorizadas com o que lhes pode acontecer se não forem capazes de cumprir com a quota, pois o castigo — abusos físicos infligidos pelo *marabout* ou pelo seu assistente — é geralmente célere e rigoroso, envolvendo espancamentos com um cabo eléctrico, um bastão ou uma bengala.

A realidade diária destas crianças é a de carências extremas. Apesar de trazerem dinheiro e arroz para a *daara*, são forçadas a mendigar pelas suas refeições na rua. Algumas roubam ou vasculham o lixo à procura de algo para comer. A maioria sofre de fome constante e desnutrição moderada ou grave. Quando uma criança adoecer, o que acontece com frequência devido às longas horas na rua e às más condições sanitárias na *daara*, o professor raramente presta cuidados de saúde. As crianças são forçadas a passar ainda mais tempo a mendigar para comprar medicamentos para tratar os parasitas estomacais, a malária e as doenças de pele que se alastram rapidamente pelas *daaras*.

